

Líder em credibilidade



Teresina, Piauí, Sábado, 6 de Fevereiro de 2016

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00 | ANO 65 - Nº 18.315

Fechamento 21h | 32 páginas

## Roda Viva

Da equipe » [jornal@portalodia.com](mailto:jornal@portalodia.com)

### Marden denuncia

O clima eleitoral em Piripiri já está movimentado. O deputado estadual Marden Menezes (PSDB) apresentou durante esta quinta-feira(05), na Assembleia Legislativa, dois requerimentos com temas ligados ao município, onde seu pai, Luis Menezes, vai concorrer a Prefeitura. Um, aprovado por unanimidade cobra ao Governo do Estado a conclusão das obras das rodovias PI-258 e PI-110 que ligam Piripiri a Domingos Mourão e Piripiri a Barras. A segunda pede que o Tribunal de Contas do Estado (TCE), realize uma auditoria nas contas do Instituto de Previdência de Piripiri visando apurar denúncias de uso indevido de recursos daquele órgão.

**Domingo**

Teresina, 7 de fevereiro de 2016



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**  
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ IRREGULARIDADE

## 220 prefeituras do Piauí fizeram gastos sem realizar licitação

Foto: Divulgação  
Foto: Divulgação

**A apuração é sobre os  
exercícios de 2013 e 2014.**

**O volume de recursos  
sem licitação ultrapassa  
R\$ 140 milhões.**

CATARINA SANTIAGO  
REPORTER DE POLÍTICA

O Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) apurou que nos anos de 2013 e 2014 praticamente todas as prefeituras do estado aplicaram recursos públicos sem realizar licitação. Pelos cálculos do Tribunal, mais de R\$ 140 milhões foram utilizados na compra de produtos, equipamentos ou na contratação de serviços sem o devido processo licitatório. Ainda segundo o TCE, o volume de recursos não licitados pode ser ainda maior, pois falta apurar a situação em 50 municípios no exercício de 2014. Quanto às licitações realizadas em 2015, o Tribunal só começa a análise este ano.

Na apuração do TCE-PI, entre os 224 municípios do estado, 220 fizeram gastos sem licitação em 2013 e 2014. Apenas quatro municípios seguiram a lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e contratos na administração pública, entre eles, está a capital, Teresina e Piri-piri. Pela lei, os gestores municipais, estaduais e federais são obrigados a realizarem licitação sempre que a compra de produtos, locação



**TRIBUNAL DE CONTAS** afirma que os dados fazem parte de relatório parcial e que falta contabilizar 50 municípios

ou contratação de serviços for acima de R\$ 8 mil. Para o caso de serviços de engenharia, a licitação é obrigatória quanto o valor exceder R\$ 15 mil.

Segundo o responsável pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM) do Tribunal de Contas, Vilmar Miranda, além da ausência de licitação, outra irregularidade muito comum praticada pelas prefeituras piauienses é a licitação fracionada. Vilmar explicou que os gestores tentam driblar o limite de gastos de R\$ 8 mil por ano, fracionando as aquisições e contratação de serviços ao longo do ano, prática ilegal.

“Uma coisa que a gente vê

com frequência, é a não realização de licitação e o fracionamento da licitação. A lei estabelece que se eu fizer uma compra acima de R\$ 8 mil durante o ano, não é durante o mês, é durante o ano, eu tenho que fazer licitação. Então, às vezes, eles fracionam, usam R\$ 5 mil numa compra aqui, depois R\$ 3 mil em outra, R\$ 2 mil em outra, no final do ano, essa despesa está acima de R\$ 8 mil. Então, o gestor teria que ter feito um planejamento para ter feito a licitação necessárias. A gente vê isso com muita frequência”, disse o diretor da DFAM ao Diário do Povo.

Os dados do Tribunal sobre fracionamento de licita-

ção mostram que 195 prefeituras realizaram licitações fracionadas nos anos de 2013 e 2014. Sendo as prefeituras campeãs em licitação fracionada as de Porto Alegre do Piauí, com 107 fracionamentos em 2013 e a de Rio Grande do Piauí, com 96 no mesmo ano. Vilmar Miranda frisou ainda que muitas licitações referentes a 2014 ainda estão sendo analisadas. O diretor ressaltou que os dados são uma prévia do relatório final do DFAM. Na prática, isso significa que em alguns casos falta a defesa das prefeituras que ainda não se manifestaram sobre os motivos da ausência do processo.

# Prática não tem penalidade prevista em lei

Questionado sobre qual a punição para as 220 prefeituras do Piauí que deixaram de realizar licitação e as 195 com licitações fracionadas, o diretor da DFAM, Vilmar Miranda, disse que esse tipo de irregularidade não tem regulamentação específica no TCE que resulte em multa ou outra penalidade. Ele

afirmou que a prática pesa apenas no momento do julgamento das prestações de contas pelo TCE.

"Todos esses tipos de falhas têm um peso na hora do julgamento do Tribunal, cabe ao relator e ao colegiado pesar as falhas. Nós temos já súmulas para o cumprimento dos limites constitucionais. Se

o gestor descumprir qualquer limite constitucional as contas dele são rejeitadas, são reprovadas perante o Tribunal. Agora falhas de procedimento perante o Tribunal, não temos súmulas ainda a esse respeito. Mas isso vai pesar dentro do processo", explicou o diretor.

Vilmar Miranda disse ainda que a forma como o Tribu-

nal verifica se as prefeituras realizaram ou não licitação é através do cruzamento de informações. O TCE-PI acompanha o diário oficial dos municípios e ainda o que está registrado no sistema de inscrição de licitações do próprio Tribunal para ver qual município está descumprindo a lei. (CS)

## Três cidades movimentaram maiores recursos

Segundo dados do Tribunal de Contas do Piauí, as prefeituras de São Raimundo Nonato, Oeiras e União foram as que movimentaram o maior volume de recursos públicos sem licitação nos anos de 2013/2014. São Raimundo teria gasto um total de R\$ 7,6 milhões nesses dois anos em 19 licitações não comprovadas, Oeiras

R\$ 7,5 milhões em 41 licitações também não comprovadas e União, R\$ 3 milhões em 32 licitações não realizadas.

Já o município de Barras, com R\$ 2,4 milhões gastos sem licitação, deixou de realizar 63 licitações. Campo Maior também merece destaque por ter deixado de fazer 66 licitações e gastou o corres-

pondente a R\$ 1,4 milhão sem licitação.

No total, 2.629 licitações não foram realizadas e mais de R\$ 140 milhões foram gastos de forma indevida em 220 municípios. Já no tocante ao fracionamento das licitações com a extrapolação do limite de R\$ 8 mil para compras e serviços e de R\$ 15 mil para

contratação de obras, o total de licitações fracionadas foi de 3.924 o que dá um total de R\$ 14,6 milhões. Piriapri foi um dos poucos municípios do estado que não entraram na lista dos que deixaram de realizar licitação e não fracionaram. O TCE-PI diz que todos os municípios onde já foram notificados e a maioria já apresentou sua defesa. (CS)

## TCE promete intensificar fiscalização

Para aprimorar a fiscalização das licitações no estado, o Tribunal de Contas do Piauí irá realizar visitas surpresas nos 224 municípios piauienses em 2016. A meta, segundo o TCE-PI, é que a cada mês, sejam visitados de 20 a 25 municípios. As viagens estão previstas para iniciarem depois do Carnaval.

"As 224 prefeituras do Piauí vão ser objeto de inspeção em 2016 e um dos itens que serão observados é exatamente a questão da licitação. Afora isso, o Tribunal tem um monitoramento dessas licitações através do nosso sistema. Todas as licitações, sejam elas realizadas pelo poder público estadual ou municipal, qualquer licitação, estão no site", disse o conselheiro sub-



Foto: Divulgação

**CONSELHEIRO  
SUBSTITUTO**  
Jaylson Campelo

stituto Jaylson Campelo.

Segundo diretor da DFAM, Vilmar Miranda, este ano o Tribunal trabalhará de forma diferente, pois, fará uma análise concomitante das denúncias

em processos licitatórios. "O objetivo é dar uma resposta mais rápida à população", disse. Ele explicou ainda que das sete divisões dentro da DEFAM, cinco irão trabalhar

na fiscalização das licitações de 2016, enquanto a sexta realizará a análise do que foi realizado em 2015. A sétima divisão ficaria com o trabalho de coordenação dos trabalhos. (CS)

Segunda/Terça

Teresina, 8 e 9 de fevereiro de 2016



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp  
(86) 98121-9514  
Não esqueça de se identificar.

• ANO XXIX Número 10.666

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

**DIÁRIO**

do Povo do Piauí

Teresina - PI, Segunda/terça-feira, 8 e 9 de fevereiro de 2016

■ REPERCUSSÃO

## APPM nega irregularidades em licitações e diz que vai procurar TCE

**Relatório do TCE mostra que 220 prefeituras fizeram gastos sem licitação. APPM buscará explicações no Tribunal**

DATARINA SANTOS  
REPORTER POLÍTICA

O presidente da Associação Piauiense dos Municípios (APPM) e prefeito de Vila Nova do Piauí, Arinaldo Leal (PSB), negou que existam irregularidades envolvendo licitações na maioria dos municípios do Estado. Ele afirma que a licitação já é prática comum entre os prefeitos e que os gestores não deixam de realizar o processo sempre que necessário. A declaração é uma resposta ao relatório do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI), divulgado anteriormente pelo Diário do Povo, que aponta que 220 prefeituras do estado aplicaram recursos públicos sem realizar licitação nos anos de 2013 e 2014. Pelos cálculos do Tribunal, mais de R\$ 140 milhões teriam sido usados sem a realização do processo nesse período.

Segundo o relatório do TCE-PI a maioria das irregularidades refere-se a gastos feitos sem licitação, além da prática do fracionamento da licitação. Pela lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e contratos na administração pública, gestores municipais, estaduais e federais são obrigados a realizar licitação sempre que a compra de produtos, locação ou contratação de ser-



**PRESIDENTE** da APPM, prefeito Arinaldo Leal, afirma que prefeituras realizam licitações sempre que necessário

viços for acima de R\$ 8 mil. Para o caso de serviços de engenharia, a licitação é obrigatória quanto o valor exceder R\$ 15 mil. O que o TCE observou é que além de não realizar licitações quando devido, os prefeitos vêm ultrapassando o limite de gastos anuais que podem ocorrer sem licitação.

Arinaldo Leal nega a ausência de licitação e o seu fracionamento, o presidente da APPM diz que o que acontece é que os prefeitos têm a necessidade realizar serviços para resolver problemas pontuais e imprevisíveis nos municípios, como, por exemplo, a pavimentação de uma estrada cortada pela chuva, o conserto de um prédio público, serviços cujos gastos permitem que seja feito sem licitação, ou mesmo

a manutenção de veículos, como ônibus escolares, ambulâncias ou máquinas pesadas, que são manutenções que só podem ser realizadas por uma autorizada e não por qualquer empresa licitada.

"Não existe esse negócio de fracionamento de licitação. O que existe é que durante o ano são feitos serviços esporádicos, é uma árvore que caiu na rua, é um calçamento ou uma pavimentação que danificou e não é previsível, é uma estrada que deu uma chuva e cortou aquela estrada, é um problema em um prédio público que surgiu, então, você vai realizando esses serviços e aí, às vezes, quando é no final do ano, diz que o município gastou R\$ 100 mil com serviços de engenharia, mas quando você

vai ver são coisas pontuais, esporádicas que não são previsíveis e que você é obrigado a fazer e onde não cabe licitação", argumenta o presidente da APPM.

Arinaldo Leal disse ainda que irá procurar o TCE-PI para ver quais são os problemas apontados pelo Tribunal e encaminhar as soluções. "Hoje em dia é tão natural fazer licitação, que não tem nenhum motivo para a gente deixar de fazer licitação. Mas a gente vai procurar o Tribunal para ver quais são os principais problemas e se o Tribunal achar que tem algum problema, a gente reúne os prefeitos, faz uma palestra, uma capacitação, mas nós não observamos esses problemas com licitação não", concluiu o gestor.

# Prefeitos discutirão problemas em assembleia

A Associação Piauiense de Municípios (APPM) convocou para o dia 23 de fevereiro, sua Assembleia Geral Extraordinária com prefeitos de todo o Piauí. Na ocasião serão discutidos os principais problemas que prejudicam os muni-

cipios atualmente.

Dentre as pautas a serem discutidas, estão temas como reforma eleitoral para as eleições de 2016; Fazenda da Paz - ampliação do atendimento a dependentes químicos em parcerias com os municípios; a

implementação de organismos governamentais de políticas para as mulheres por meio da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres; deliberação sobre autorização para APPM ter acesso antecipadamente sobre informações das

inadimplências dos municípios junto ao TCE e outros assuntos de interesse da entidade e dos municípios piauienses.

A assembleia geral ordinária acontece, às 8:30 da manhã, no auditório da Associação Piauiense de Municípios.

SAÚDE

EXEMPLAR DO ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Líder em credibilidade

# O DIA



Teresina, Piauí, Segunda, 8 de Fevereiro de 2016

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00 | ANO 65 - Nº 18.317

Fechamento 21h | 32 páginas

## Roda Viva

Da equipe » [jornal@portalodia.com](mailto:jornal@portalodia.com)



O deputado estadual Marden Menezes (PSDB) apresentou, na Assembleia Legislativa, dois requerimentos com temas ligados a cidade de Piripiri. Foi aprovado, por unanimidade, o documento que cobra ao Governo do Estado a conclusão das obras das rodovias PI-258 e PI-110 que ligam Piripiri a Domingos Mourão e Piripiri a Barras. Além disso, o Legislativo também aprovou a pauta em que Marden solicita ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), a realização de uma auditoria nas contas do Instituto de Previdência de Piripiri visando apurar denúncias de uso indevido de recursos daquele órgão.

## Roda Viva

Da equipe • jornal@portalodia.com

### Dois pesos e duas medidas

Desde que o prefeito Firmino Filho manifestou a intenção de repassar a administração da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Renascença à uma organização social (OS)

UNIÃO

# APPM discute reforma eleitoral com os prefeitos

No encontro do dia 23 de fevereiro outros temas estarão em discussão, como parcerias

Robert Pedrosa  
Repórter

A Associação Piauiense de Municípios (APPM) realiza no dia próximo dia 23 de fevereiro uma assembleia geral com todos os 224 prefeitos do Estado para discutir os principais problemas dos municípios.

A reunião vai discutir reforma eleitoral para as eleições de 2016; a ampliação do atendimento a dependentes químicos em parcerias com os municípios; as políticas da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres – Implementação de organismos governamentais de políticas para as mulheres; e ainda a autorização da APPM para ter acesso antecipadamente de informações das inadimplências dos municípios junto ao Tribunal de



Elis Fontinelle/ODIA

"Fica mais fácil enfrentar as dificuldades quando estamos unidos", lembrou Arinaldo Leal, da APPM

Contas do Estado (TCE).

O presidente da APPM, Arinaldo Leal, explica que a entidade tem se fortalecido nos últimos tempos por uma ação

mais eficaz junto às necessidades dos municípios. "Fica mais fácil enfrentar um problema ou dificuldade quando estamos unidos e é esse traba-

lho que queremos aprimorar", destaca. A reunião de assembleia geral ordinária acontece dia às 8h30, no auditório da entidade.

Líder em credibilidade

# O DIA



Teresina, Piauí, Quarta, 10 de Fevereiro de 2016

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00 | ANO 65 - Nº 18.319

Fechamento 21h | 28 páginas

FOLHA DE SÃO PAULO

## Piauí é um dos sete estados que ainda cumprem a LRF, diz jornal

O jornal Folha de São Paulo publicou na edição de ontem (09) um estudo apontando que 20 estados estão ultrapassando algum limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os sete estados que ainda não ultrapassaram o limite de alerta, de 44,10% do total da receita corrente líquida, estão o Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Amapá, além da Paraíba, que segundo a reportagem, não informou os números a reportagem.

De acordo com o levantamento, a entrada dos estados na lista dos que ultrapassaram os limites impostos pela LRF é consequência da queda de repasses constitucionais e em convênios que os Estados esperavam receber da União e não

se efetivaram. Além disso, há menos entrada de receitas arrecadadas com impostos, o que tem causado desajustes em orçamentos, já que na prática, os estados estão arrecadando menos que os valores previstos.

Na reportagem, são apontados que seis estados já ultrapassaram o limite de alerta: Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco e São Paulo. Já dez estados ultrapassaram a marca de 46,55% da receita corrente líquida em gastos com pessoal e já passaram do limite "prudencial": Alagoas, Goiás, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Sergipe, Bahia, Pará, Roraima e Distrito Federal. Já os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Rio Grande do Norte já ultrapas-

saram os 49% e estão acima do limite máximo.

Ao descumprir o limite máximo de gasto com pessoal, o Estado fica impedido de realizar contratações e se em oito meses não houver adequação, o Estado pode ficar impedido de receber qualquer transferência de repasses da União.

(João Magalhães)

---

**Além do Piauí, a LRF é cumprida pelo Maranhão, RJ, Espírito Santo, Paraná, Amapá e Paraíba**

---

Quarta-feira

Teresina, 10 de fevereiro de 2016



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**  
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

## TCE define participação de municípios em ICMS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) divulgou no final da semana passada, em sessão plenária da Segunda Câmara, os índices de participação de cada município do Piauí no produto de arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comuni-

cação) para 2016.

"Nós fixamos os índices de repartição de ICMS no exercício de 2016. O Tribunal faz esse cálculo de qual é o percentual de cada um dos 224 municípios dos 25% do ICMS do estado a que eles têm direito. E no mais, nós analisamos contas de prefeituras", informou o conselheiro substituto Jaylson Campelo ao Diário do Povo.

Os índices fazem parte do cálculo de repartição do imposto, mas o montante que cada município tem direito só poderá ser calculado após o resultado da arrecadação de janeiro, que a Secretaria da Fazenda ficou de apresentar depois do Carnaval. A tabela com os índices para cada um dos 224 municípios do Piauí está disponível no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal nº 24/16 que pode ser

encontrado no site do TCE. A resolução entrou em vigor na data da publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016.

O ICMS é o principal imposto de competência estadual. Vinte e cinco por cento (25%) da arrecadação do ICMS retorna aos municípios de acordo com seu índice de participação, que é justamente o índice divulgado pelo TCE-PI. (CS)

### ■ RELATÓRIO

## Piauí gastou menos que arrecadou em 2015

O Piauí conseguiu cumprir todas as metas fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2015. É o que comprovam os dados do Relatório de Gestão Fiscal do ano de 2015, divulgado pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) esta semana. Entre as metas que se destacam no relatório, está o Resultado Primário alcançado no ano de 2015, que tinha previsão de ficar negativo em R\$ 655,86 milhões, e foi positivo em R\$ 3,80 milhões. Esse Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e despesas primárias (não-

financeiras).

Na prática, isso significa que o Piauí teve superávit primário, ou seja, o Estado gastou menos do que arrecadou, tendo em vista que o Superávit Primário nada mais é do que o dinheiro que o governo consegue economizar. Quanto maior o Superávit Primário, maior é a capacidade que o Governo possui de arcar com seus compromissos financeiros.

"A apuração desse Resultado Primário fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução. Os superávits primários direcionados para o pagamen-

to de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da mesma. Por outro lado, déficits primários indicam aumento da dívida. Dessa forma, o resultado primário dá suporte para o pagamento da dívida, contribuindo para a redução do estoque da mesma", acrescenta o Superintendente do Tesouro Estadual, Emilio Júnior.

Emilio também comenta que os Estados que não cumprem esta e as demais metas fiscais, estabelecidas pela LRF, podem sofrer sanções, dentre estas, a suspensão de repasses de recursos pela

União para convênios e ainda ficam impedidos de contrair financiamentos. O gestor ainda pode ser multado e processado por improbidade administrativa.

Segundo o Secretário da Fazenda, Rafael Fonteles, o equilíbrio financeiro foi conseguido devido ao controle das finanças. "Mesmo com todas as dificuldades, o Governo tem feito todo esforço para manter o equilíbrio das contas públicas, e temos conseguido superar desafios, graças ao apoio que tivemos do governador, no sentido de garantir um maior controle das finanças", frisou Fonteles.

**Quinta-feira**

Teresina, 11 de fevereiro de 2016



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**  
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

## Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

### Concurso no TCE

O Tribunal de Contas do Estado realizou em 2014 concurso para o preenchimento de diversos cargos. Foram convocados imediatamente 22 concursados para várias funções. Em dezembro passado, foram criados no TCE 20 vagas de auditor fiscal e duas de assessor jurídico.

Foram chamados quatro assessores jurídicos, pois dois dos convocados foram chamados para outros concursos para os quais foram aprovados.

### Desinteresse

Na área de auditor fiscal, que é a de maior carência do Tribunal, 18 vagas estão em aberto. Os concursados estão batendo perna há mais de seis meses no caminho do TCE e já não veem o menor interesse na convocação deles nem da prorrogação do concurso, que vence em junho.

### Pois é!

Enquanto isso, as 9 vagas criadas no Tribunal de Contas em janeiro passado para cargos em comissão já foram devidamente preenchidas.

Hummm!!!...

### E mais

É bom não esquecer que o Tribunal que fica com essa protelação toda para contratar seus próprios concursados é o mesmo que joga duro com os prefeitos do interior para fazer concursos!



R\$ 140 milhões utilizados - 07/02/2016 às 14h52

## 220 prefeituras do Piauí fizeram gastos sem realizar licitação

Curtr

Tweet

G+1

Compartilhar

Como ir do estágio à gerência



A Unimed Teresina quer cuidar de você por inteiro.

**ZERO DE CARÊNCIA**  
Para planos com Co-Participação.  
Para exames e consultas simples.

Válido até FEV/2016



O Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) apurou que nos anos de 2013 e 2014 praticamente todas as prefeituras do estado aplicaram recursos públicos sem realizar licitação. Pelos cálculos do Tribunal, mais de R\$ 140 milhões foram utilizados na compra de produtos, equipamentos ou na contratação de serviços sem o devido processo licitatório.

Ainda segundo o TCE, o volume de recursos não licitados pode ser ainda maior, pois falta apurar a situação em 50 municípios no exercício de 2014. Quanto às licitações realizadas em 2015, o Tribunal só começa a análise este ano.

Na apuração do TCE-PI, entre os 224 municípios do estado, 220 fizeram gastos sem licitação em 2013 e 2014.

Fonte: Com informações do jornal Diário do Povo  
Publicado Por: Jhone Sousa



INÍCIO

GOVERNO

CIDADÃO

PAIXÃO PELO PIAUÍ

INVESTIMENTOS

FALE CONOSCO

Quinta, 11 de fevereiro de 2016.



Pesquise

BUSCAR

A- A+

NOTÍCIA

08/02/2016 09:40

## Piauí cumpre metas fiscais e tem superávit primário no ano de 2015

Isso significa dizer que o Governo Estadual gastou menos do que arrecadou, sendo que esta é hoje uma das metas mais consideradas pelos investidores

Luciana Azevedo



Secretário de Fazenda Rafael Fonteles (Foto:Divulgação)

Apesar do ano passado ter sido muito difícil para a economia dos Estados brasileiros, e até mesmo para a União, o Piauí conseguiu cumprir todas as metas fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). É o que comprovam os dados do Relatório de Gestão Fiscal do ano de 2015, divulgado pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). “Mesmo com todas as dificuldades, o Governo tem feito todo esforço para manter o equilíbrio das contas públicas, e temos conseguido superar desafios, graças ao apoio que tivemos do Governador, no sentido de garantir um maior controle das finanças. E também é importante agradecer o empenho da equipe econômica do Governo e a contribuição dos servidores da Secretaria da Fazenda no sentido de melhorar a nossa arrecadação própria”, enfatiza o Secretário Estadual da Fazenda, Rafael Fonteles.

Entre as metas que se destacam no documento, uma das que vale ressaltar é o Resultado Primário. Diferentemente da União, que teve um déficit, o do Estado do Piauí teve um superávit. Isso significa dizer que o Governo Estadual gastou menos do que arrecadou, tendo em vista que o Superávit Primário nada mais é do que o dinheiro que o governo consegue economizar. É a diferença entre o que ele arrecada (sem considerar

operações de crédito) menos o que gasta (em despesas que não são financeiras), e esse saldo é usado para pagar parte da dívida pública.

Portanto, quanto maior o Superávit Primário, maior é a capacidade que o Governo possui de arcar com seus compromissos financeiros. Além disso, essa meta é muito considerada por investidores estrangeiros, pois na medida em que o Estado vai conseguindo superávits primários cada vez maiores, significa que terá mais condições de amortizar dívidas e, portanto, é um Estado confiável, onde é seguro aplicar dinheiro.

O Resultado Primário alcançado no ano de 2015, que tinha previsão de ficar negativo em R\$ 655,86 milhões, foi positivo em R\$ 3,80 milhões. Esse Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e despesas primárias (não-financeiras). “A apuração desse Resultado Primário fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução. Os superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da mesma. Por outro lado, déficits primários indicam aumento da dívida. Dessa forma, o resultado primário dá suporte para o pagamento da dívida, contribuindo para a redução do estoque da mesma”, acrescenta o Superintendente do Tesouro Estadual, Emílio Júnior.

Ele também comenta que os Estados que não cumprem esta e as demais metas fiscais, estabelecidas pela LRF, podem sofrer sanções, dentre estas, a suspensão de repasses de recursos pela União para convênios e ainda ficam impedidos de contrair financiamentos. O gestor ainda pode ser multado e processado por improbidade administrativa.

#### **Estado demonstra compromisso com áreas sociais, cumprindo gastos com saúde e educação.**

Além disso, o Estado cumpriu os gastos com saúde e educação, confirmando não só o compromisso com essas áreas sociais, assim como também envidou esforços para melhorar a aplicação dos recursos nessas duas áreas: enquanto em 2014 os gastos com educação somam 26,52% da arrecadação, no ano de 2015 esse percentual corresponde a 27,76%, sendo que o percentual mínimo da arrecadação que o Estado deve aplicar no exercício é 25%. “Os gastos do Estado do Piauí com ações e serviços públicos de saúde e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino foram cumpridos, como determina a Constituição, sobretudo porque este Governo tem compromisso com essas áreas sociais, e é por isso mesmo que toda equipe é motivada para oferecer maior qualidade nos serviços prestados à população piauiense”, enfatiza o Secretário Rafael Fonteles. Isso acontece mesmo o Piauí tendo uma considerável perda do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), uma vez que o Estado contribui com R\$ 1 bilhão e 200 milhões para o Fundeb e só recebe algo em torno de 700 milhões por ano. “Lamentavelmente, temos essa perda considerável de cerca de R\$ 500 milhões por ano, podendo chegar a R\$ 600 milhões. Por isso o Governador estava pleiteando a compensação dessas perdas do Fundeb”, comenta o secretário.

E o mesmo compromisso do Estado acontece quanto o assunto é cumprimento das obrigações constitucionais em relação aos gastos com saúde: em 2015 o Estado gastou 12,94% da sua arrecadação com a área da saúde, enquanto que em 2014 esse gasto foi de 12,51%. O percentual mínimo da arrecadação que o Estado deve aplicar durante o ano em relação às despesas com ações e serviços públicos de saúde é de 12%.

#### **Receitas Tributárias tiveram um incremento de 10,08% em 2015, comparando com 2014.**

Em relação às Receitas Tributárias brutas, houve um acréscimo de 10,08% de janeiro a dezembro de 2015, comparado como o mesmo período no ano de 2014, sendo estes valores correspondentes a R\$ 3,89 bilhões e R\$ 3,53 bilhões, respectivamente. As Receitas Tributárias tiveram um incremento de R\$ 356,62 milhões de um ano para outro.

Já em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), houve um crescimento de 6,43% em relação ao ano de 2014, uma vez que em 2015 a RCL foi de 6,60 bilhões, enquanto no ano de 2014 esse valor era R\$ 6,20 bilhões. O cálculo da RCL no Estado é feito pelo somatório, nos últimos 12 meses, das receitas correntes, deduzidas as parcelas de transferências constitucionais e legais, bem como as receitas transferidas para o Fundeb, a compensação financeira entre Regimes de Previdência, Restituições e a contribuição dos servidores para o plano de Seguridade Social.

O Relatório de Gestão Fiscal é elaborado pelos Analistas do Tesouro Estadual da Sefaz, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE). O documento é feito anualmente porque além de ser uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive que o Estado também publique e encaminhe este relatório para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), serve para embasar a tomada de decisões por parte do Governo e ainda serve como mecanismo de transparência à sociedade piauiense.

#### **Estado pagou mais de R\$ 600 milhões de despesas de exercícios anteriores, em 2015**

Vale ressaltar ainda, que em 2015 foram pagos mais de R\$ 600 milhões relativos a despesas de exercícios anteriores. O que foi pago em 2015 equivale a mais de 105% do valor de despesas do exercício anterior que foi pago no ano de 2014.

Apesar do Estado ter cumprido “o dever de casa” na área econômica em 2015, conseguindo manter o equilíbrio fiscal, ainda é preciso ter muita cautela agora em 2016, especialmente porque a economia ainda não apresenta indicadores favoráveis. Um desses sintomas é a queda no repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE). “Nós estamos relativamente bem, comparado aos demais Estados da Federação, mas o problema é, de fato, o fluxo financeiro. Temos uma perspectiva ruim para este ano, principalmente em relação ao FPE, que já

começou muito mal em janeiro desse ano (2016), apresentando uma queda nominal de 15%, sendo 26% de queda real. Por isso, o momento ainda é de muita prudência”, alerta o secretário da Fazenda.

#### **CONFIRMA OS PRINCIPAIS DADOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2015:**

##### **1. RCL:**

2014 = 6.201.506.914,05  
2015 = 6.600.087.436,36

Crescimento da RCL 6,43%

##### **2. Educação**

2014 = 26,52%  
2015 = 27,76%

##### **3. Saúde**

2014 = 12,51%  
2015 = 12,94%

##### **5. Resultado Primário**

Meta = - 655.860.000,00  
Apurado = + 3.798.087,85

<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/24015>



Em resposta a relatório - 08/02/2016 às 10h16

## APPM nega fracionamento de licitação e diz que vai procurar Corte de Contas

Arinaldo Leal disse ainda que irá procurar o TCE-PI para ver quais são os problemas apontados



O presidente da Associação Piauiense dos Municípios (APPM) e prefeito de Vila Nova do Piauí, Arinaldo Leal (PSB), negou que existam irregularidades envolvendo licitações na maioria dos municípios do Estado. Ele afirma que a licitação já é prática comum entre os prefeitos e que os gestores não deixam de realizar o processo sempre que necessário. A declaração é uma resposta ao relatório do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI), divulgado anteontem pelo Diário do Povo, que aponta que 220 prefeituras do estado aplicaram recursos públicos sem realizar licitação nos anos de 2013 e 2014. Pelos cálculos do Tribunal, mais de R\$ 140 milhões teriam sido usados sem a realização do processo nesse período.



Segundo o relatório do TCE-PI a maioria das irregularidades refere-se a gastos feitos sem licitação, além da prática do fracionamento da licitação. Pela lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e contratos na administração pública, gestores municipais, estaduais e federais são obrigados a realizar licitação sempre que a compra de produtos, locação ou contratação de serviços for acima de R\$ 8 mil. Para o caso de serviços de engenharia, a licitação é obrigatória

quanto o valor exceder R\$ 15 mil. O que o TCE observou é que além de não realizar licitações quando devido, os prefeitos vêm ultrapassando o limite de gastos anuais que podem ocorrer sem licitação.

Arinaldo Leal nega a ausência de licitação e o seu fracionamento, o presidente da APPM diz que o que acontece é que os prefeitos têm a necessidade realizar serviços para resolver problemas pontuais e imprevisíveis nos municípios, como, por exemplo, a pavimentação de uma estrada cortada pela chuva, o conserto de um prédio público, serviços cujos gastos permitem que seja feito sem licitação, ou mesmo a manutenção de veículos como ônibus escolares, ambulâncias ou máquinas pesadas, que são manutenções que só podem ser realizadas por uma autorizada e não por qualquer empresa licitada.

"Não existe esse negócio de fracionamento de licitação. O que existe é que durante o ano são feitos serviços esporádicos, é uma árvore que caiu na rua, é um calçamento ou uma pavimentação que danificou e não é previsível, é uma estrada que deu uma chuva e cortou aquela estrada, é um problema em um prédio público que surgiu, então, você vai realizando esses serviços e aí, às vezes, quando é no final do ano, diz que o município gastou R\$ 100 mil com serviços de engenharia, mas quando você vai ver são coisas pontuais, esporádicas que não são previsíveis e que você é obrigado a fazer e onde não cabe licitação", argumenta o presidente da APPM.

Arinaldo Leal disse ainda que irá procurar o TCE-PI para ver quais são os problemas apontados pelo Tribunal e encaminhar as soluções. "Hoje em dia é tão natural fazer licitação, que não tem nenhum motivo para a gente deixar de fazer licitação. Mas a gente vai procurar o Tribunal para ver quais são os principais problemas e se o Tribunal achar que tem algum problema, a gente reúne os prefeitos, faz uma palestra, uma capacitação, mas nós não observamos esses problemas com licitação não", concluiu o gestor.

Fonte: Diário do Povo  
Publicado Por: Apoliana Oliveira